

HABEAS CORPUS Nº 515.534 - PR (2019/0168446-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : FERNANDO BOBERG
ADVOGADO : FERNANDO BOBERG - PR028212
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : WANCLEY LOPES DE CAMARGO (PRESO)

DECISÃO

WANCLEI LOPES DE CAMARGO (ou Wancley Lopes de Carvalho) alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, que negou provimento à Apelação Criminal n. 0003073-95.2017.8.16.0055.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 7 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Busca-se, por meio deste *writ*, seja reduzida a reprimenda-base imposta ao acusado.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

Não se pode olvidar que a dosimetria da pena configura matéria restrita ao âmbito de certa discricionariedade do magistrado e é regulada pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade. Assim, uma vez que a Corte estadual manteve a pena-base acima do mínimo legalmente previsto com base na **natureza da droga** apreendida (fl. 411), em consonância, portanto, com o disposto no **art. 42 da Lei n. 11.343/2006**, fica afastada a plausibilidade jurídica do direito tido como violado.

À vista do exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruídos os autos, dispensei a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora.

Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

